



Plano de Curso

Curso de Atualização Profissional em Práticas de Convivência nos Territórios

Fevereiro de 2022

Coordenação do Curso:

Ariadna Patricia Estevez Alvarez

(EPSJV/Fiocruz)

Neli Maria de Castro Almeida

(IFRJ / Campus Realengo)

Thiago Benedito Livramento Melício

(Instituto de Psicologia / UFRJ)

Equipe Fiocruz:

Gracia Godim (EPSJV)

Grasiele Nespoli (EPSJV)

Marise Ramôa (EPSJV)

*6 bolsistas de EM + 1 ES (Fiotec- a serem selecionados)

Equipe / Parceiros:

Janaína Fernandes (SMS/RJ)

Margarete Araújo (SMS/RJ)

Lucia Andrade (SMS/RJ)

Erica Victorio (Sec. Municipal de Saúde de Carmo)

Debora Jeovani (Sec. Municipal de Saúde de Macaé)

Maíra Matos (Fundação Municipal de Saúde de Niterói)

Daniel Elia e equipe (SES)

1- Apresentação e Justificativa

O **Curso de Atualização Profissional em Práticas de Convivência nos Territórios** (CAPT) é parte do projeto “*PROMOÇÃO DA SAÚDE MENTAL E DO CUIDADO PARA A PESSOA IDOSA ATRAVÉS DE ESTRATÉGIAS FORMATIVAS NO CONTEXTO PÓS-PANDÊMICO*” subsidiado pela Emenda Parlamentar 26160001 Glauber Braga através da Fiotec. As ações deste projeto se inserem no conjunto de medidas para promover a saúde e a proteção aos direitos da população, tanto no âmbito do contexto do processo de envelhecimento populacional e crescente necessidades por cuidados, quanto no contexto de pandemia de Covid-19 e pós-pandemia em que ações de promoção de saúde mental para a população, como as práticas e grupos de convivência usando arte, cultura e economia solidária ligados à atenção psicossocial se tornaram mais necessários, diante do prolongado isolamento social.

O CAPT nasce como um desdobramento do projeto “*Centro de Convivência Virtual: promoção da saúde e redes de afeto em tempos de pandemia*” fomentado pelo Edital de Respostas rápidas para a Covid-19 / Inova-Fiocruz, dentro da linha de prevenção e redução do contágio. O projeto cujo objetivo é reduzir os danos do isolamento social imposto pela pandemia e promover saúde através do fortalecimento das redes de afeto, teve 3 eixos de estruturação:

1) Intervenção Agenda ConViver - Programação semanal virtual composta por 28 atividades artístico-culturais e PICS conduzidas por oficinas e aberta aos conviventes e público em geral;

2) Pesquisa - Estudo Avaliativo do Centro de Convivência Virtual: Promoção da Saúde e Redes de Afeto em Tempos de Pandemia;

3) Cenário de práticas para profissionais de saúde em formação – Participação de estudantes dos cursos de medicina UFRJ; psicologia UFRJ e Famath; terapia ocupacional e fisioterapia do IFRJ na Agenda ConViver.

Nos resultados do estudo avaliativo, identificou-se a necessidade de formação para os profissionais que atuam nos Centros de Convivência e Cultura (CECOs) do Estado do Rio de Janeiro, que são dispositivos intersetoriais integrantes da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema

Único de Saúde, onde são oferecidos espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cidade. Ao longo dos grupos focais da pesquisa, foi relatada a inexistência de uma formação que discutisse a especificidade das políticas da convivência, e que reunisse em um só curso os debates mais recentes no que se refere as estratégias de promoção da saúde, despatologização e desmedicalização da vida associadas às práticas de arte, cultura, economia solidária realizadas no âmbito do SUS.

Além disso, como fruto de uma articulação entre o Fórum dos Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro e a Frente Parlamentar em defesa da saúde mental e luta antimanicomial, foi aprovada em 14 de junho de 2021 a lei 9323 que institui a Política Estadual dos Centros de Convivência¹ da RAPS. Nesta lei, no 2º artigo, inciso IV temos que a educação permanente em saúde é uma das atribuições desta política *“IV– desenvolver estratégias de educação permanente para seus trabalhadores e participantes visando a inclusão social através do trabalho, arte, cultura e lazer”*.

Uma outra razão que justifica a criação e realização do curso é o fato das equipes dos Centros de Convivência serem compostas majoritariamente por trabalhadores com ensino médio, que é o público-alvo da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Os oficinairos são trabalhadores marginalizados das políticas públicas que não têm sua ocupação regularmente reconhecida. São trabalhadores artesãos, artistas, músicos, pessoas que vivem na comunidade e atuam nos CECOs desenvolvendo suas práticas sem contar com um espaço de formação, troca e reflexão sobre este fazer associado ao campo da saúde coletiva e da atenção psicossocial. Neste sentido, o curso visa criar este espaço de interlocução entre diferentes modos de se produzir arte, cultura e economia solidária nos territórios do Estado do Rio de Janeiro, construindo um diálogo entre os conhecimentos do campo da saúde e os saberes populares.

Ainda é preciso ressaltar que para o ano de 2022, está prevista através de emendas no orçamento feitas pela Frente Parlamentar para fortalecimento da RAPS Antimanicomial a destinação de recursos financeiros para os Centros

1

http://www3.alerj.rj.gov.br/lotus_notes/default.asp?id=2&url=L0NPTIRMRUkuTINGL2M4YWEwOTAwMDI1ZmVIZjYwMzI1NjRIYzAwNjBkZmZmL2FmNjExNzY4NmJmZWQyNjkwMzI1ODZmNDAwODE3NDI5P09wZW5Eb2N1bWVudA==

de Convivência do Estado. Isso torna mais urgente e relevante a realização deste Curso no primeiro semestre de 2022, uma vez que o número de CECOs ainda é escasso em nosso Estado (6 unidades SUS), apesar da grande mobilização popular que há para implantação de novos equipamentos e fortalecimento dos que já existem.

Portanto, o grupo de trabalho e saúde mental do laboratório de educação profissional em saúde ao criar o **Curso de Atualização Profissional em Práticas de Convivência nos Territórios** em uma aliança entre pesquisa e ensino, entende que o trabalho é um princípio educativo e que também nos cabe contribuir com as políticas públicas de saúde e educação pautadas em uma ética do cuidado em liberdade.

2. Público e abrangência

A formação será destinada prioritariamente a trabalhadores do SUS com Ensino Médio, que atuem na atenção psicossocial e/ou na atenção básica do Estado do Rio de Janeiro, e que tenham interesse em criar e/ou fortalecer práticas de convivência nos territórios por meio da arte, cultura e economia solidária. Dado o caráter intersetorial dos Centros de Convivência, poderão se inscrever trabalhadores da assistência social, educação, cultura, economia solidária, esporte, lazer e/ou atores sociais em saúde, participantes de movimentos sociais antimanicomiais.

É necessário que os inscritos residam no Estado do Rio de Janeiro, disponham de acesso à internet e saibam fazer uso das tecnologias da informação e comunicação.

3. Requisitos de acesso e processo seletivo

O requisito de acesso ao curso é ter o ensino médio completo e acesso à internet para as aulas remotas. O processo seletivo será divulgado através de uma chamada pública de abertura de inscrição e ocorrerá em duas etapas. A primeira de apresentação de currículo com carta de intenção explicitando as motivações para realizar o curso e as condições de realizá-lo. Após avaliação

das cartas e currículos, os candidatos classificados serão chamados para a segunda etapa que será uma entrevista online. A classificação final será definida pela média aritmética da pontuação alcançada nas duas etapas.

4.Objetivos

Objetivo Geral: Qualificar trabalhadores do SUS e de outras políticas públicas para realização de práticas de convivência nos territórios com arte, cultura e economia solidária.

- **Objetivos Específicos:**

- Potencializar a **política da convivência** no Estado do Rio de Janeiro, diante da aprovação da lei 9323/2021 que institui a política estadual dos Centros de Convivência.
- Ampliar a capacidade criativa das **equipes** do SUS e redes intersetoriais, principalmente as dos Centros de Convivência e Cultura através do diálogo e conversações integrando instituições de ensino-pesquisa, serviços de saúde e comunidades locais no Estado do Rio de Janeiro.
- Favorecer a elaboração de **práticas de convivência** nos territórios com arte, cultura e economia solidária.
- Fortalecer vínculos e redes afetivas com os **usuários** participantes das oficinas de arte, cultura e economia solidária, pessoas em condições de vulnerabilidade social e sofrimento psíquico, condições agravadas durante a pandemia de Covid-19.

5.Fundamentação Teórica e Princípios Pedagógicos

“Os centros de convivência não transformaram o mundo, mas o mundo só será transformado por projetos deste tipo” Paulo Freire

O processo conhecido pela consigna “por uma sociedade sem manicômios” trouxe uma série de transformações para além dos modelos de atenção, são transformações éticas, políticas e sociais nos modos de cuidar em saúde mental legitimadas também pela lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB)- 10.216 que completou 20 anos em 2021 em plena pandemia que produz efeitos na saúde mental da população.

Lima (2020) aponta para o fato de que em situações de epidemia, o número de pessoas psicologicamente afetadas costuma ser maior que o de pessoas acometidas pela infecção. Há estimativas de que um terço a metade da população possa apresentar consequências psicológicas e psiquiátricas se não receberem cuidados (CEPEDES 2020; ORNELL et al., 2020).

No que concerne às políticas públicas de saúde e o lugar que os CECOs têm ocupado ao longo da história da RPB, afirmamos que há um trânsito deste lugar entre a marginalidade, a inclusão e a exclusão das fronteiras do que é instituído e do que é instituinte. Segundo Barembliitt (1992) o instituinte aparece como um processo, enquanto o instituído emerge como um resultado. O instituinte transmite uma característica dinâmica, já o instituído transmite uma característica estabilizada.

No que diz respeito às formas instituídas da legislação que configura o dispositivo em questão, a Portaria nº 396 de 07 de julho de 2005, que estabelecia diretrizes para os CECOs, é mencionada pelo Ministério da Saúde no relatório “Saúde Mental em Dados 11”. No entanto, no mesmo ano de 2005, a Portaria foi revogada e não houve a criação de nova norma federal para seu funcionamento, financiamento ou implantação, o que fragiliza a sustentação dos CECOs. Com a Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011, que instituiu a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), os CECOs estão previstos na atenção básica. No inciso III dessa Portaria, temos que o Centro de Convivência é unidade pública, articulada às Redes de Atenção à Saúde, em especial à RAPS, onde são oferecidos à população em geral espaços de sociabilidade, produção e intervenção na cultura e na cidade. O 4º parágrafo desta Portaria diz que os Centros de Convivência são estratégicos para a inclusão social das pessoas com transtornos mentais e pessoas que fazem uso de crack, álcool e outras drogas, por meio da construção de espaços de convívio e sustentação das diferenças na comunidade e em variados espaços da cidade. Já na portaria nº 3588 de 21 de dezembro de 2017, a da ‘RAPS do retrocesso’, é proposto o retorno dos hospitais psiquiátricos especializados, e os CECOs ficam de fora do texto oficial da política de saúde mental do país.

Ferigato et al (2016) definem CECOS como dispositivos multifacetados, ou como “(...) um movimento, um sistema tão flexível e aberto que dribla qualquer definição rígida de ‘saúde’, de ‘cultura’ ou de ‘serviço’”. São dispositivos estratégicos, portanto, pois ativam experiências que extrapolam as fronteiras sanitárias, na promoção de práticas intersetoriais e na criação de encontros no território, por meio da produção de cuidado a partir da convivência.

As concepções do que é convivência são múltiplas, assim como os modos de se fazer Centros de Convivência também são, cada CECO é um CECO e costuma corresponder a lógica do seu território. No contexto do trabalho dos CECOs no Rio de Janeiro, compreendemos convivência como uma atividade de produzir comum (ALVAREZ et al, 2020). O comum baseia-se na comunicação entre singularidades que se manifesta através dos processos sociais colaborativos de produção. O comum não está dado, mas ele é produzido e tende a deslocar as dicotomias entre indivíduo e sociedade, subjetivo e objetivo, são as ‘diferenças em comunicação’ que permitem o comum ser produzido e o agir em conjunto. (NEGRI &HARDT,2016)

Considera-se que a produção do comum por meio das práticas de convivência com arte, cultura, e economia solidária podem promover saúde ao se estabelecer relações de cuidado pautadas nos princípios educativos da autonomia e emancipação (FREIRE, 2017).

Sobre o conceito de saúde, aliamos-nos com Canguilhem (2007) ao compreendê-la como capacidade de criar novos ordenamentos diante das variabilidades da vida. O filósofo vitalista ao investigar o vivente e seu meio nos fornece uma concepção de saúde em que ela não é o oposto de doença. A vida é variação, não é um movimento retilíneo uniforme em que podemos prever o que acontecerá. Diante das adversidades, dos inesperados e das surpresas da vida somos convocados a criar novas normas para seguir vivendo nas situações novas. Ser sadio não significa ausência de adoecimento, mas significa adoecer e poder se recuperar. É na capacidade de recuperação, de renormatização, que nós, viventes, podemos expressar a saúde na relação com o meio. O momento de “desconfinamento” da pandemia exige seguir com os protocolos de segurança para a covid-19 e nos convida a colocar a

convivência no centro do debate, assim como as reflexões das práticas de saúde dos CECOs. Portanto, é no coletivo e ampliando as redes de interdependência por meio do diálogo que podemos promover saúde com participação social nos territórios, entendidos como espaço do acontecer, é onde a vida acontece, território composto pelo fato e sentimento, de pertencer àquilo que nos pertence, base para o trabalho, para o morar, para as trocas materiais e espirituais da vida sobre os quais ele influi e sob as quais se forma (SANTOS, 2005).

6. Estrutura Curricular (EMENTÁRIO DE CADA AULA EM ANEXO)

- Módulo 1 – Conceitos básicos das Políticas da Convivência (aulas online ao vivo pelo zoom) Encontros 1, 2, 3, 4.

Objetivo: compartilhar com os educandos o conhecimento dos conceitos básicos que fundamentam as políticas da convivência, tais como: os movimentos antimanicomiais, desmedicalização/despatologização, rede, intersetorialidade, os centros de convivência na RAPS, território, diversidade, redução de danos e educação popular em saúde.

CARGA HORÁRIA:

24 HORAS (08 HORAS SÍNCRONAS / 16 ASSÍNCRONAS ACOMPANHADAS POR TUTORES)

- Módulo 2 – Estratégias para a Convivência (aulas online ao vivo pelo zoom) Encontros 5, 6, 7.

Objetivo: compartilhar com os educandos o conhecimento das principais estratégias para a convivência, as que têm sido mais difundidas nos equipamentos de saúde, e que balizam o trabalho afetivo antimanicomial nos CECOs, tais como: atividades de arte, cultura, economia solidária, práticas integrativas complementares em saúde.

CARGA HORÁRIA:

24 HORAS (06 HORAS SÍNCRONAS / 18 ASSÍNCRONAS ACOMPANHADAS POR TUTORES)

- Módulo 3 - Seminário Final – Avaliação do Curso

Objetivo: Favorecer a integração entre os conhecimentos construídos no processo educativo e a experiência das atividades de dispersão que resultará na confecção de um plano de ação de prática de convivência no território.

CARGA HORÁRIA: 12 HORAS (8 HORAS DE ENCONTRO PRESENCIAL DE ACORDO COM AS CONDIÇÕES SANITÁRIAS / 4 HORAS ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO)

CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 60 HORAS

Estratégias e recursos pedagógicos

O currículo do CAPT foi organizado em 8 encontros e conta com duas principais estratégias pedagógicas: encontros de aula online (síncrona) e atividades de dispersão no território (assíncrona). Como o Curso visa atingir várias regiões de saúde do Estado do Rio de Janeiro e a pandemia de covid-19 ainda requer medidas de proteção, faremos aulas remotas às terças-feiras pelo zoom das 14:00 às 16:00.

As atividades de dispersão nos territórios (assíncronas) terão carga horária de 4 a 6 horas semanais de acordo com a disponibilidade dos estudantes/ serviços e serão acompanhadas pelos tutores bolsistas. Serão oferecidas 30 vagas distribuídas para as 9 regiões de saúde do Estado, privilegiando as regiões onde já exista uma articulação e gestão favorável à implantação de CECOs.

Como material bibliográfico para o Curso utilizaremos textos selecionados do livro “Centro de Convivência: arte, cultura e trabalho potencializando a Vida.” organizado pelo Núcleo de Saúde do CRP- RJ, entre outros artigos, e materiais de apoio.

Grade Curricular do Curso

Encontro	Temas / Encontros de concentração (2 horas – terças das 14:00 às 16:00)	Atividades de dispersão com acompanhamento de monitores bolsistas.
1 12/04/2022	Luta antimanicomial. Desmedicalização/ despatologização. Rede/intersetorialidade. CECOs na RAPS.	4 horas
2 19/04/2022	Território, promoção da saúde, Atenção Básica e CECOs.	4 horas
3 26/04/2022	Educação Popular em Saúde	4 horas
4 03/05/2022	Redução de Danos e uso de substâncias: questões para a convivência	4 horas
5 10/05/2022	Trabalho e Economia Solidária em prol da autonomia	6 horas
6 17/05/2022	Arte e Cultura na desinstitucionalização da loucura	6 horas
7 24/05/2022	PICs como práticas de cuidado e convivência	6 horas
8 07/06/2022	SEMINÁRIO FINAL/ AVALIAÇÃO DO CURSO Roda dos afetos e partilha dos planos de ação de práticas de convivência nos territórios.	8 horas Presencial (10 projetos a serem apresentados) 4 horas elaboração do plano de ação.

Perfil de conclusão

Espera-se que os educandos tenham se apropriado dos principais conceitos e estratégias de convivência, integrando-os às suas práticas, e estando aptos a atuarem em diferentes dispositivos da saúde pública na atenção psicossocial e na atenção básica. Espera-se que possam colaborar para a implementação da Política Estadual de Centros de Convivência da Rede de Atenção Psicossocial do Estado do Rio de Janeiro, em consonância com os princípios do SUS e da luta antimanicomial.

Sistema de avaliação

O processo avaliativo compreende a participação durante as aulas, frequência, e apresentação do projeto de prática de convivência no território no seminário final do Curso.

Certificação

Será conferido certificado aos alunos que obtiverem média final igual ou maior que 6,0 (seis), e que alcançarem um mínimo de 75% de frequência nas horas totais do curso.

Corpo docente

- Coordenação do Curso;
- Professores convidados da Fiocruz;
- Autoras e autores dos artigos do livro “Centro de Convivência: arte, cultura e trabalho potencializando a Vida.” CRP- RJ e parceiros.

*Os bolsistas a serem selecionados comporão a equipe do Curso e atuarão nas atividades de dispersão, ou seja, no acompanhamento da formulação/implementação dos planos de ação para as práticas de convivência nos territórios.

Cronograma

ATIVIDADES	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
-------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------

Oficinas de Planejamento com coordenação e gestores (novembro/dezembro /2021)	X					
Submissão do plano de curso ao Colegiado Laborat (dezembro/2021)		X				
Submissão do plano de curso a CTEI e CD. (03 e 23 fevereiro 2022)			x			
Chamada pública e processo seletivo de bolsistas (fevereiro-março/2022) 23, 24,25/02/22- Chamada pública			X			
Divulgação, inscrições e seleção de educandos (março-abril /2022) 07/03 a 18/03 – divulgação junto as equipes e nas redes e inscrições online. 21 a 25/03- análise das cartas 28/03 – resultado 1ª etapa com lista para entrevista 29 e 30/03 -entrevistas online 04/04- resultado final dos aprovados				X	X	
Início da Formação (abril /2022)					X	
Encerramento / Avaliação da Formação (maio-junho /2022)						X

Referências Bibliográficas para CAPT

-ALVAREZ, A.P.E.; ALMEIDA, N.M.C; FIGUEIREDO, A.P. (2020). Por uma política da convivência: movimentos instituintes na Reforma Psiquiátrica Brasileira. Saúde Debate. Rio de Janeiro, 44(127), 1300-1311, Out - Dez.

-ALVAREZ, A.P.E.; ALMEIDA, N.M.C; FIGUEIREDO, A.P Guia Dá pra Fazer! Economia Solidária e Saúde Mental <https://itcp.ifrj.edu.br/guiadaprafazer/>

-AMARANTE, P. & TORRE, E. H. G. (2017). Loucura e diversidade cultural: inovação e ruptura nas experiências de arte e cultura da Reforma Psiquiátrica e do campo da Saúde Mental no Brasil. Interface, Botucatu, v. 21, n. 63, out./dez. 2017.

-BAREMBLITT FG. Compêndio de análise institucional e outras correntes: teoria e prática. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; 1992.

-BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2001). Lei nº 10.216, de 06 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília, DF, 09 de Abril de 2001.

-BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. (2011). Portaria Nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União, Poder Executivo. Brasília , DF, 30 de Dezembro de 2011.

-BRASIL. Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares – PNPIC-SUS. Ministério da Saúde/Secretaria de Atenção à Saúde/Departamento de Atenção Básica. Brasília, 2006. 92p. (Série B. Textos Básicos de Saúde).

- CHAÚÍ, M. *Cultura e democracia*. Salvador: Fundação Pedro Calmon, 2009.

-FERIGATO SH, Carvalho SR, Teixeira RR. Os Centros de Convivência: dispositivos híbridos para a produção de redes que extrapolam as fronteiras sanitárias. Cadernos Brasileiros de Saúde Mental [internet]. 2016 [acesso em 2020 Fev 20]; 8(20): 80-103.

-FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

-HARDT, M.; NEGRI, A. *Bem-estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016.

-LANCETTI, A. & AMARANTE, P. (2006). Saúde mental e saúde coletiva. In: Campos, G. W. de S.; Minayo, M. C. de S.; Akerman, M.; Drumond Junior, M. & Carvalho, Y. M (Orgs.). Tratado de saúde coletiva. Rio de Janeiro:

Editora Fiocruz, pp. 615-634.

-LEI N. 9323, 14 DE JUNHO DE 2021 (2021). Dispõe sobre a criação da política estadual dos Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro.

Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

-KRENAK, Ailton. (2019) Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras.

-MALVEZZI, C. D., & NASCIMENTO, J. L. (2020). A Teoria Ator-Rede e o estudo da intersectorialidade nas políticas públicas. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação* [online], 24.

- NESPOLI, Grasielle, PARO, César Augusto; LIMA, Luanda de Oliveira; SILVA, Cassiana Rodrigues Alves. Por uma pedagogia do cuidado: reflexões e apontamentos com base na Educação Popular em Saúde. *Interface, Botucatu, SP*, n. 24, 2020.

-PASSOS, E. H., & SOUZA, T. P. (2011). Redução de danos e saúde pública: construções alternativas à política global de "guerra às drogas". *Psicologia & Sociedade*, 23(1), 154-162.

-RAUTER, C. (2015). Clínica Transdisciplinar: Afirmação da multiplicidade em Deleuze /Spinoza. *Revista Trágica: estudos de filosofia da imanência* - 1 quadrimestre de 2015- 8 – (1) - pp. 45-56.

-ROTELLI, F. (2000) Empresa social: construindo sujeitos e direitos. In: Amarante, P., (Org.) *Ensaio: Subjetividade, saúde mental, sociedade* (pp. 301-306). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

-SANTOS, M. O retorno do território. In: *OBSERVATÓRIO SOCIAL DE AMÉRICA LATINA*, ano VI, n. 16. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 251-261.

-SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

-SOALHEIRO, N.; GONDIM, G. Território, saúde mental e atenção básica. In: *Saúde Mental para atenção básica*. SOALHEIRO, N. (org) Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 2017.

-TEIXEIRA, R. R. (2015). As dimensões da produção do comum e a saúde - *Saúde Soc.*, v.24, 27-43.

-CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM EMERGÊNCIAS E DESASTRES EM SAÚDE; FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. *Saúde mental e Atenção Psicossocial na Pandemia COVID-19: Recomendações gerais*. Brasília, 2020

ORNELL, F. et al. "Pandemic fear" and COVID-19: mental health burden and strategies. *Braz. J. Psychiatry*, São Paulo, 2020. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-4462020005008201&lng=en&nrm=iso>.

Orçamento

Descrição	Modalidade	Quantidade de Profissionais	de Meses de trabalho	Valor unitário	Valor total
Tutoria nível médio	Bolsista monitor/território	6	2	R\$ 1.310,00	R\$ 15.720,00
Nível Superior	Bolsista preceptor TIC	1	2	R\$ 2.240,00	R\$ 4.480,00
Total					R\$ 20.200,00

COORDENAÇÃO

Ariadna Patricia Estevez Alvarez

Psicóloga (2007), mestra (2009) e doutora (2020) em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense. Mãe da Izadora, nascida em 2011. Especialista em Gestão de Organizações de Ciência Tecnologia e Saúde pela Escola Nacional de Saúde Pública / Fiocruz (2014). Professora-pesquisadora do Grupo de Trabalho em Saúde Mental do Laboratório de Educação Profissional em Atenção à Saúde da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio / Fundação Oswaldo Cruz, atuação em ensino e pesquisa com ênfase nos campos da saúde coletiva, atenção psicossocial, saúde mental, trabalho e políticas públicas. Membro-fundadora do Fórum Permanente de Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro e coordenadora do projeto "Centro de Convivência Virtual: promoção da saúde e redes de afeto em tempos de pandemia". Tem experiência como professora de cursos de pós-graduação *lato sensu* em estratégia de saúde da família; atenção psicossocial e saúde mental; e em residências multiprofissionais em saúde.

Neli Maria de Castro Almeida

Psicóloga, formada pelo Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Mestre em Psicologia Social e das Organizações pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - ISCTE - Lisboa, Portugal, e doutora em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Professora efetiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. Ex- Pró-Reitora Adjunta de Extensão do IFRJ. Coordenadora da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares - ITCP/campus Realengo-IFRJ. Membro-fundadora do Fórum Permanente de Centros de Convivência do Estado do Rio de Janeiro. Atua nas áreas de Política Educacional de Extensão, Reforma Psiquiátrica brasileira, direitos humanos dos pacientes psiquiátricos e pessoas com deficiência, saúde mental e economia solidária. Coordenadora do atual projeto "Tecnologias sociais para o campo da geração de trabalho e renda: desenvolvimento tecnológico, rede de saúde mental e economia solidária ", apoiado pelo edital 27/2017- CNPq. A partir de 2019, Bolsista de Produtividade Desen. Tec. e Extensão Inovadora do CNPq - Nível 2

Thiago Benedito Livramento Melício

Professor adjunto do Departamento de Psicologia Social, do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor colaborador no Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), do Instituto de Psicologia da UFRJ, na Linha de Pesquisa III Psicossociologia da Saúde e Comunidades. Coordena o projeto de Pesquisa Intitulado "Territórios, Redes e a Atenção Psicossocial: o trabalho colaborativo e a articulação intra e intersetorial como potencializadores do cuidado em Saúde Mental" e do Projeto de Extensão Coletivo Convivências: articulando redes de afeto no território. Possui graduação em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia, UFU (2005); Mestrado e Doutorado em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atua principalmente nas áreas de Psicologia Social e Políticas Públicas, com as temáticas da Alteridade, Saúde, Saúde Mental, Produção de Subjetividade, Cartografia, Interprofissionalidade e Intersectorialidade.

EMENTÁRIO

Encontro 1- Luta antimanicomial. Desmedicalização/ despatologização. CECOs na RAPS.Rede/intersectorialidade.

Contextualização histórica dos movimentos antimanicomiais no Brasil, e sua relação com a Reforma Psiquiátrica, e Reforma Sanitária. Panorama das políticas de saúde mental a partir da lei 10.216, RAPS (portaria 3088), o lugar do Centro de Convivência na RAPS. Conceitos de desmedicalização e

despatologização da vida e a função do CECO como agenciador da intersectorialidade e na produção de redes.

Encontro 2 -Território, promoção da saúde, Atenção Básica e CECOs.

Conceito de território no campo da saúde. O que é promover saúde no território. A política nacional de atenção básica no SUS. Os CECOs e sua relação com a atenção básica. As práticas de convivência nos territórios, a sustentação das diferenças na comunidade, o direito à cidade e a ocupação coletiva de espaços públicos.

Encontro 3 -Educação Popular em Saúde: cuidado e convivência.

Os pontos principais do pensamento Freiriano: o diálogo, a emancipação, a amorosidade, a problematização da realidade, a construção compartilhada do conhecimento e o compromisso com a construção de projetos democráticos populares. Círculos de Cultura e Centros de Convivência como projetos democráticos populares de cuidado, compartilhamento de saberes, de experimentação da grupalidade, e encontro de diferenças. Reconhecimento do usuário do SUS como sujeito de saber. Convivência como caminho para transformação das formas de dominação, colonização, racismo e opressão.

Encontro 4 - Redução de Danos (RD) e uso de substâncias: questões para a convivência.

Breve contexto histórico da redução de danos no Brasil e no mundo. Polissemia do conceito de droga; tripé: contexto-sujeito-droga; substâncias lícitas, ilícitas e seus efeitos. Políticas públicas de saúde e experiências antiproibicionistas e antimanicomiais. Ações de cultura e arte em RD. RD como uma ética de cuidado. O que pode a convivência-arte-cultura-ECOSOL na redução dos danos do uso prejudicial de álcool e outras drogas? E no enfrentamento das desigualdades raciais e de gênero?

Encontro 5 - Trabalho e Economia Solidária em prol da autonomia.

O conceito de trabalho e os princípios da economia solidária. O encontro entre a política de ECOSOL e a política de saúde mental no Brasil. O conceito de cooperativismo, as ITCPs (Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares), os avanços e os desafios das experiências concretas na produção de autonomia e superação do estigma. Os Centros de Convivência e sua relação com a ECOSOL.

Encontro 6- Arte e Cultura na desinstitucionalização da loucura.

Cenário e políticas de arte e cultura e o encontro com o campo da saúde mental no Brasil. Experiências artísticas, convivência e transformação social. Manifestações culturais e periferias urbanas. Arte, cidade e cuidado em liberdade.

Encontro 7-PICS como práticas de cuidado e convivência.

O que são as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) e quais são as 29 práticas instituídas do SUS. Os CECOs como espaço para a promoção de saúde por meio das PICS. Os limites e possibilidades das PICS enquanto práticas de convivência, fortalecimento de vínculos, produção de redes de afeto e cuidado nos territórios.

Encontro 8-SEMINÁRIO FINAL/ AVALIAÇÃO DO CURSO

Roda dos afetos e partilha dos planos de ação de práticas de convivência nos territórios a ser construída coletivamente.